

349
b

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO

21ª VARA CÍVEL FIM 16/09/2007 15:04 000030074

RONALDO CARDONETTI, já qualificado como requerido, nos autos de obrigação de fazer c/c pedido de indenização por danos morais, sob nº 583.00.2006.225286-4, por seu bastante Procurador e Advogado, infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresenta sua:

CONTESTAÇÃO

Pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

1. Sinopse da Inicial

Em suma alega o requerente, em sua inicial, que o requerido vê denegrindo sua imagem, através do www.interjuris.com.br e www.abusando.org.

2. Da ilegitimidade passiva do requerido

Preclaro Julgador, inicialmente, tem a dizer que todas as denúncias elencadas no presente processo e imputadas ao requerido, estão na página eletrônica da Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP e Domínios na Internet, qual seja uma pessoa jurídica, a qual o requerido é Presidente.

350
b

Assim, o requerido é parte não é parte legítima para compor o pólo passivo, haja visto, **que todas as denúncias, que por sinal são contra o Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.BR) e a Fundação de Amparo a pesquisa de São Paulo (FAPESP), foram feitas pela Associação e não pelo requerido.**

Isto posto, na forma do Artigo 267, inciso VI, do CPC, vem requerer seja o requerido excluído do pólo passivo da presente demanda.

3. Realidade dos Fatos

3.1. Das inverídicas imputações de calúnia ao requerido

Douto juízo, inicialmente, há a necessidade de informar que no contexto das denúncias, nas páginas da Associação, existem 03 (três) pessoas jurídicas distintas:

- 1ª - Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.BR);
- 2ª - Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP);
- 3ª - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.BR (à Requerente).

Assim, as 99% das denúncias existentes, são contra o 1ª - Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.BR) e a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP);

Partindo desse pressuposto, tem a dizer, que as denúncias contra a requerente, não são de autoria do requerido, mas, de internautas, Procuradores do Estado, Procuradores da República e Associações Cívicas, que entendem que a requerente atua ilegalmente no registro de domínios no Brasil.

Ressalte-se que no mundo dos autos, **não há sequer uma denúncia infundada em relação à requerente, feita pelo requerido.**

3.2. Das falsas Acusações

Preclaro Julgador, a requerente para demonstrar que o requerido praticou uma calúnia, tenta de todas as formas ludibriar esse Juízo, senão vejamos:

Na página 17 de sua petição inicial, no primeiro parágrafo, existe uma matéria, a qual foi veiculada na Folha de São Paulo, sobre um empresário falido do Paraná, o qual fala da FAPESP e da NIC.BR.

Ressalte-se, que a reportagem publicada na Folha de São Paulo, foi realizada pelo Sr. Demi Getschko.

Ocorre, que o Sr. Demi Getschko, é:

Membro do Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.BR), com o título de “Representante de Notório Saber de Assuntos de Internet” (<http://www.cgi.br/sobre-cg/membros.htm>);

Diretor Presidente da Diretoria Executiva do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.BR, qual seja a requerente (<http://www.nic.br/sobre-nic/index.htm>).

Ora, o Sr. Demi Getschko, representante da requerente, usando sua posição em um jornal (Folha de São Paulo), faz uma reportagem caluniosa contra à requerente e agora quer imputar ao requerido tal fato?

É óbvio que o Sr. Demi Getschko armou toda a situação para que os requeridos passassem por caluniadores.

352
↓

4. Das Relações Espúrias do Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.BR) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.BR

Douto Julgador, um fato de extrema relevância neste processo, é que os membros Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGL.BR) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.BR, **são as mesmas pessoas, inclusive o Sr. Demi Getschko.**

Douto Juízo, o fato do Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.BR) retirar os poderes de registro de domínios conferido à FAPESP, que era de utilidade pública e, na calada da noite, repassar vultuoso poder à requerente, a qual tem na sua diretoria membros do Comitê Gestor, **fere mortalmente os princípios da administração pública da impessoalidade, moralidade, tutela e autocontrole e legitimidade.**

Ora, tais princípios, são feridos a partir do momento:

- Que não se faz uma licitação justa, simplesmente outorga poderes à requerente;
- Confere poderes, no serviço de utilidade pública, a uma instituição que é formada por seus membros gestores;
- Como os membros gestores do CGI.BR, poderão fiscalizar seus próprios atos, já que os principais membros de um são do outro;

Evidentemente, que expor isso à população não é a prática de calúnia, mas, sim, um serviço à todos os cidadãos brasileiros, os quais estão cansados de tanta maracutaia no Estado. Estado, esse, que vem sendo espoliado por aqueles que estão no poder político, os quais, dão uma roupagem através de Resoluções ilegais (Resolução 0001/2005 do CGI.BR, até a presente data não foi publicada no DOU), de legalidade a um ato ilegal e imoral.

Assim, o requerido em momento algum quis praticar calúnias, como também, não caluniou contra a requerente, mas, tão somente, pede e expõe a transparência nos atos da FAPESP, CGI.BR e da requerente, como também, usufruir do seu direito a liberdade de expressão, o qual foi dentro dos limites legais.

5. Isto posto, requer:

5.1. Seja preliminarmente, na forma do Artigo 267, inciso VI, do CPC, vem requerer seja o ora requerido excluído do pólo passivo da presente demanda, tendo em vista, não haver imputado à requerente fato calunioso;

5.2. Seja o presente processo julgado TOTALMENTE IMPROCEDENTE em relação ao requerido, tendo em vista, não haver uma calúnia sequer no mundo dos autos, proferida pelo ora requerido.

5.3. Seja á requerente condenada aos pagamentos das custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% sobre o valor da causa.

5.4. A produção de todos os meios de prova em direito admitido, especialmente, a ouvida das partes, ouvida do Sr. Demi Getschko, testemunhas, documentais.

5.5. O prazo de 10 dias para a juntada da Procuração.

Nestes Termos,
Pede Diferimento.

Curitiba, 07 de março de 2007.

Artur Gabriel Ferreira

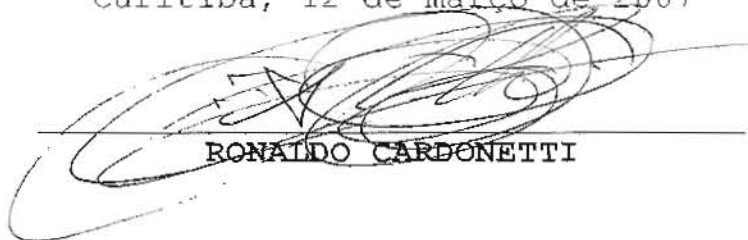
OAB/PR 29.141

374
x

INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

RONALDO CARDONETTI, brasileiro, casado, do comércio, com CPF/MF sob nº 316.917.659-53, portador do RG sob nº 12.247.318-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua São João Batista, nº 119, Cambuci, São Paulo-SP, CEP: 01527-010, por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui como seu bastante Procurador e Advogado o **Dr. Artur Gabriel Ferreira**, brasileiro, casado, Advogado, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, sob nº 29.141 com escritório profissional à Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, nº 3.900, Boqueirão, CEP: 81.670-010, fone: 3377-6470//3078-6470, a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes, inclusive os contidos na cláusula "ad juditia", para promover toda e qualquer defesa dos seus direitos e interesses no foro geral, e especialmente para **DEFENDÊ-LO NO PROCESSO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, SOB Nº 583.00.2006.225286-4, JUNTO À 21 VARA CÍVEL DE SÃO PAULO-PR**, podendo para tanto, confessar e declarar o que se fizer necessário, promover todas e quaisquer medidas e diligências necessárias, intervir, opor embargos, requerer certidões em qualquer instância judicial ou administrativa, variar de ações, interpor recursos, acompanhando os efeitos até final sentença em qualquer instância ou Tribunal, receber, dar quitações, concordar, transigir, discordar, desistir, reconvir, levantar quantias depositadas em cartório, prestar declarações fazer composições amigáveis ou judiciais, praticar, enfim, todos os demais atos, por mais especiais que sejam, para o pleno cumprimento da presente, inclusive substabelecer.

Curitiba, 12 de março de 2007



RONALDO CARDONETTI